



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO COMERCIALIZAÇÃO

As novas regras do comércio internacional

NELSON MAMEDE

Por se tratar de uma etapa comum a todas as cadeias do agribusiness, e não de uma cadeia específica, a comercialização é representada pelo desempenho, quantitativo e qualitativo, das vendas externas e internas de produtos agropecuários e seus derivados.

Para se ter uma idéia da sua real importância para a economia brasileira, é oportuno lembrar que, em 1996, as exportações totais do setor somaram cerca de US\$15,3 bilhões, proporcionando um saldo comercial positivo de US\$8,5 bilhões e respondendo por 32% do total das exportações nacionais. Embora para nós esse montante seja expressivo, ele está muito aquém do potencial do país, visto que representa apenas 3,5% das exportações mundiais do setor, enquanto para os EUA — cuja área plantada com grãos é apenas três vezes superior à nossa — essa participação é de 13,6%.

O desempenho das vendas internas pode ser mensurado, *grasso modo*, pelo valor da produção agropecuária que, de acordo com estudo do Ministério da Agricultura, considerando apenas 20 lavouras, deverá atingir US\$33,8 bilhões em 1997.

É difícil fazer uma estimativa, ainda que aproximada, do número de empregados envolvidos na comercialização agropecuária, devido à própria desorganização do setor, que possui trabalhadores sem carteira assinada e ainda abusa da sonegação fiscal.

Com a drástica redução dos recursos oficiais, a partir da década de

80, os instrumentos tradicionais de política agrícola perderam sua eficácia para garantir a renda do setor, impulsionar seu crescimento e desenvolvimento tecnológico e torná-lo mais competitivo para sobreviver e conquistar novos mercados no mundo globalizado que se apresenta.

Em decorrência do longo período de instabilidade econômica, do paternalismo governamental — subsídios e barreiras — e até mesmo da própria dispersão geográfica, inerente à atividade, a reorganização da estrutura dos agronegócios, com raras exceções, se encontra em fase embrionária. Portanto, o setor não está preparado para enfrentar os desafios da nova ordem econômica mundial, explorando, integralmente, todo o seu potencial competitivo.

Padrões do comércio internacional

De acordo com o relatório *Trade and Foreign Investment*, divulgado em meados de outubro de 1996, são as decisões de investimentos, sobretudo das multinacionais, que definem o desenho ou o padrão do comércio internacional. Portanto, qualquer discussão séria sobre os rumos do comércio mundial exige conhecimento dos fluxos de investimento internacionais, ou seja, das estratégias das grandes empresas multinacionais. Para ilustrar essa questão, o relatório acrescenta que, atualmente, 2/3 do comércio mundial estão associados às tais empresas. Apenas 1/3 é de vendas de empresas de base estritamente doméstica.

Nesse contexto, o agribusiness brasileiro parece estar chamando a atenção dos investidores estrangei-

ros. Recente estudo divulgado pela KPMG mostra que a área de alimentos, a mais representativa do setor, vem liderando a onda de fusões e aquisições, durante o período de 1992 a meados de 1997, com 20% do total, dos quais 44% dizem respeito à fusão ou aquisição de empresa nacional por multinacional.

A insignificante participação do país nas exportações mundiais, cerca de 1%, é a maior evidência do despreparo do governo e da iniciativa privada para lidar com assuntos internacionais. Com o objetivo de mudar gradualmente essa situação, estamos articulando a criação da Câmara de Comércio Exterior — específica do agribusiness —, com participação majoritária da iniciativa privada e que, dentre outras, terá as seguintes funções:

- ◆ fortalecer as regras multilaterais do comércio internacional, a partir de uma participação ativa e permanente do país na OMC, Unctad e demais órgãos regulatórios;
- ◆ negociar, de forma proativa, o contencioso comercial do agribusiness brasileiro, principalmente na União Européia, EUA e países asiáticos;
- ◆ aplicar efetivamente uma política comercial de defesa da concorrência nas importações;
- ◆ tratar, de forma sistêmica e permanente, a questão das barreiras não-tarifárias do comércio internacional;
- ◆ definir uma política tarifária que contemple os reais interesses do país, no longo prazo, e que não seja norteada por pressões extemporâneas de *lobbies*.

NELSON MAMEDE é diretor de Grãos e Desenvolvimento da Sadia. Coordenador do Grupo Temático Comercialização no FNA.

No que diz respeito à comercialização de produtos agropecuários, caberão ao Estado os papéis de gerador de informações confiáveis, com periodicidade definida e de fácil acesso, regulamentador e fiscalizador das operações e, ainda, formulador de políticas agrícolas consistentes, de longo prazo e compatíveis com sua capacidade financeira.

Para que ocorra uma expressiva e saudável redução da intervenção do governo nos mercados agropecuários de forma definitiva, será necessário promover o fortalecimento das bolsas de físico — que terão a incumbência de organizar os mercados, dar condições para a formação de preços, via pregão, fiscalizar e propiciar condições para a realiza-

ção das operações com transferência, normatizar as negociações, arbitrar as divergências e ser fonte segura de informações — e das bolsas de futuros — que oferecerão àqueles que buscam segurança um mecanismo de custo mínimo, visando à transferência de risco através de operações no mercado futuro e de opções.

É necessário ter em mente que o consenso obtido nas diversas propostas, a harmonização entre elas e a futura elaboração de um documento único, embora tarefa árdua, são apenas o início do trabalho do FNA, que será coroado de êxito somente quando as propostas nele contidas estiverem totalmente implementadas, ainda que o processo



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

ocorra de maneira gradual. De outra forma, não se diferenciará dos tantos outros documentos já produzidos no passado e esquecidos num canto qualquer de gaveta. Devemos continuar com o mesmo empenho, persistência e paciência demonstrados até o momento, para que o objetivo seja atingido, pois a reestruturação de todo um setor não se conclui em uma única gestão.

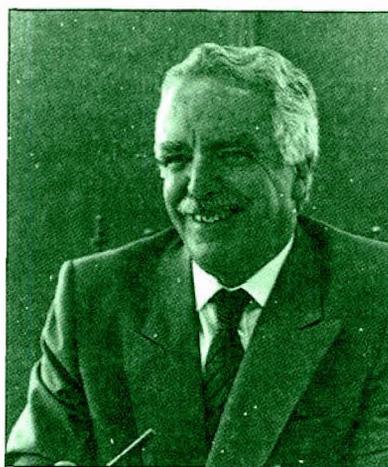
GRUPO TEMÁTICO POLÍTICA FUNDIÁRIA

Fatores econômicos, sociológicos e educacionais em questão

OCTAVIO MELLO ALVARENGA

O Grupo Temático Política Fundiária defronta-se com a questão da reforma agrária brasileira, num conturbado ambiente da intelectualidade nacional, no qual o tema, vinculado afinal à estabilidade da agricultura, sofre todo tipo de interpretações. *Ager* e *agro* têm as mesmas raízes e se ligam ao bulbo da produção na terra, o *fundus* produtivo. Em linhas gerais, predica-se no Brasil uma reforma agrária como capítulo da política fundiária. Alguns se prendem ao conceito de um reformismo drástico, para imediata transferência das glebas desapropriadas. Outros, diferentemente, colocam sob suspeita essa síntese singela ante fatores econômicos, sociológicos e educacionais.

O professor Ray Goldberg, da Harvard School of Business, cria-



dor do termo agribusiness, chegou à dedução de que o máximo de 4% de mão-de-obra no campo é suficiente para abastecer o mundo inteiro de alimentos. Dessa maneira a Política Fundiária terá de acoplar-se à necessidade de capacitar quantos pretendam praticar agricultura, em termos de formação profissio-

nal, pesquisas genéticas e biotecnologia.

“Em 1940, 31% dos brasileiros residiam no meio urbano e 69% no campo. Passados 50 anos, a situação se inverteu. Em 1990, estimava-se que 73% da população residiam nas cidades e 27% no campo... A transferência de recursos financeiros e humanos explica o empobrecimento relativo do meio rural, cuja renda *per capita* era equivalente, em 1970, a cerca de 15% da renda *per capita* da população urbana. Mesmo com a diminuição da população, a renda por habitante no campo ainda é de 1/4 da renda na cidade” (Araújo; Pinazza & Wedekin, 1990).

A promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, partindo de um compromisso internacional firmado em Punta Del Este, por todas as Repúblicas latino-americanas, visava a alterar as estruturas “dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a

OCTAVIO MELLO ALVARENGA é presidente do Grupo Temático Política Fundiária.